

REGINA HELENA COSTA

Curso de
DIREITO TRIBUTÁRIO
CONSTITUIÇÃO E CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

8ª edição
revista e atualizada
2018

saraiva  jur

ISBN 978-85-472-2339-7

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 12º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

Costa, Regina Helena

Curso de direito tributário / Regina Helena Costa. – 8. ed.
– São Paulo : Saraiva Educação, 2018.1. Brasil - Constituição (1988) 2. Direito tributário - Brasil
3. Direito tributário - Legislação - Brasil I. Título.
SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

17-1358

CDU 34:336.2(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito tributário 34:336.2(81)

Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial
Presidente Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerência
Planejamento e novos projetos Renata Pascual Muller
Editorial Roberto Navarro

Edição Iris Ferrão

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
 Luciana Cordeiro Shirakawa
 Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
 Claudirene de Moura Santos Silva
 Guilherme H. M. Salvador
 Tiago Dela Rosa
 Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
 Juliana Bojczuk Fermino
 Kelli Priscila Pinto
 Marília Cordeiro
 Fernando Penteado
 Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Laura Paraíso Buldrini Filogônio

Diagramação e revisão Marketangelo Design e Projetos Editoriais

Comunicação e MKT Carolina Bastos
 Elaine Cristina da Silva

Capa Roney Camelo

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão e acabamento Corprint Gráfica e Editora Ltda.

Data de fechamento da edição: 29-11-2017
Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito
 Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
 qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
 Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
 na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604535 CAE 623060

Sumário

<i>Sobre a Autora</i>	5
<i>Abreviaturas</i>	7
<i>Apresentação</i>	17
<i>Nota à 8ª edição</i>	19
<i>Nota à 7ª edição</i>	21
<i>Nota à 6ª edição</i>	23
<i>Nota à 5ª edição</i>	25
<i>Nota à 4ª edição</i>	27
<i>Nota à 3ª edição</i>	29
<i>Nota à 2ª edição</i>	31

Parte I – Fundamentos do Direito Tributário

1. A tributação e os direitos fundamentais.....	35
1.1. Conceito de tributação.....	35
1.2. Tributação e direitos fundamentais.....	36
1.3. Escorço histórico da tributação.....	39
2. Perfil do Direito Tributário.....	42
2.1. Conceito e objeto.....	42
2.2. Autonomia.....	42
2.3. Relacionamento com outros ramos do Direito.....	44
3. Fontes do Direito Tributário.....	47
3.1. Conceito e espécies.....	47
3.2. Fontes legislativas.....	47
3.2.1. Constituição da República.....	47
3.2.2. Lei complementar.....	50
3.2.3. Lei ordinária.....	54
3.2.4. Medida provisória.....	54
3.2.5. Decreto legislativo.....	56

3.2.6. Resolução	56
3.3. Atos administrativos normativos	57
3.3.1. Decretos	57
3.3.2. Instruções.....	58
3.4. Jurisprudência.....	59
3.5. Doutrina.....	60

Parte II – Sistema Constitucional Tributário

1. A disciplina constitucional da tributação	63
1.1. O sistema tributário nacional.....	63
1.2. Normas tributárias fora do capítulo do sistema tributário nacional	67
1.3. As alterações promovidas por emendas constitucionais	69
2. Competência tributária	72
2.1. Conceito e características	72
2.2. Repartição de competências tributárias	74
2.3. Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade.....	77
2.4. Bitributação e <i>bis in idem</i>	79
3. Limitações ao poder de tributar.....	80
3.1. Considerações gerais.....	80
3.2. Princípios constitucionais	81
3.2.1. Princípios gerais com especial repercussão no âmbito tributário.	83
3.2.1.1. Segurança jurídica	83
3.2.1.2. Dignidade da pessoa humana	84
3.2.1.3. Isonomia	85
3.2.1.4. Legalidade	86
3.2.1.5. Princípio republicano	87
3.2.1.6. Princípios federativo e da autonomia municipal.....	87
3.2.1.7. Moralidade.....	88
3.2.1.8. Supremacia do interesse público sobre o particular.....	89
3.2.1.9. Função social da propriedade	89
3.2.2. Princípios específicos	90
3.2.2.1. Legalidade tributária	91
3.2.2.2. Anterioridade da lei tributária: genérica, especial e nona-	93
gesimal.....	93
3.2.2.3. Irretroatividade da lei tributária.....	97
3.2.2.4. Praticabilidade tributária	98
3.2.2.5. Não obstância do exercício de direitos fundamentais por via	100
da tributação.....	100
3.2.2.6. Generalidade da tributação.....	101
3.2.2.7. Capacidade contributiva	102
3.2.2.8. Solidariedade contributiva.....	104

3.2.2.9.	Vedação da utilização de tributo com efeito de confisco.....	106
3.2.2.10.	Não limitação ao tráfego de pessoas e bens	107
3.2.2.11.	Uniformidade geográfica, vedação da tributação diferenciada da renda das obrigações da dívida pública e da remuneração dos servidores e vedação à isenção heterônoma.....	108
3.2.2.12.	Não diferenciação tributária entre bens e serviços em razão de sua procedência ou destino.....	109
3.3.	Imunidades.....	110
3.3.1.	Conceito.....	110
3.3.2.	Classificação.....	111
3.3.3.	Imunidades genéricas.....	113
3.3.3.1.	Imunidade recíproca	115
3.3.3.2.	Templos de qualquer culto.....	116
3.3.3.3.	Imunidades contidas no art. 150, VI, c.....	117
3.3.3.3.1.	Partidos políticos e suas fundações	121
3.3.3.3.2.	Entidades sindicais de trabalhadores	121
3.3.3.3.3.	Instituições de educação e de assistência social.....	122
3.3.3.4.	Livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão. 130	
3.3.3.5.	Fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a <i>laser</i>	132
3.3.4.	Imunidades específicas.....	132
4.	Tributo e suas espécies.....	136
4.1.	Conceito constitucional de tributo	136
4.2.	Definição legal.....	136
4.3.	Espécies.....	139
4.3.1.	Impostos	141
4.3.1.1.	Classificação dos impostos.....	143
4.3.2.	Taxas.....	145
4.3.2.1.	Taxa de polícia	146
4.3.2.2.	Taxa de serviço.....	148
4.3.2.3.	Pedágio.....	150
4.3.2.4.	Taxa e tarifa.....	152
4.3.3.	Contribuição de melhoria.....	154
4.3.4.	Empréstimo compulsório	157
4.3.5.	Contribuições	159
4.3.5.1.	Contribuições sociais	161
4.3.5.2.	Contribuições interventivas (CIDEs).....	164

- 4.3.5.3. Contribuições no interesse de categorias profissionais ou econômicas 169
- 4.3.5.4. Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública... 170

Parte III – O CTN e Suas Normas Gerais

1. O papel do Código Tributário Nacional.....	175
2. Capacidade tributária ativa	179
3. Legislação tributária: vigência, interpretação, integração e aplicação	182
3.1. Legislação tributária	182
3.2. Vigência: conceito	187
3.2.1. Vigência no tempo	188
3.2.2. Vigência no espaço	189
3.3. Interpretação e seus métodos	190
3.4. Integração da legislação tributária	196
3.5. Aplicação da legislação tributária	198
4. Obrigação tributária	203
4.1. Obrigação tributária: principal e acessória.....	203
4.2. A dissensão doutrinária.....	204
4.3. Relação jurídica sancionatória	208
4.4. Críticas.....	208
5. Fato gerador	210
5.1. Fato gerador: conceito	210
5.2. A disciplina do CTN	211
5.3. A hipótese de incidência tributária e seus aspectos	217
5.3.1. Antecedente: aspectos material, espacial e temporal	218
5.3.2. Consequente: aspecto pessoal	219
5.3.2.1. Sujeito ativo	220
5.3.2.2. Sujeição passiva tributária: considerações gerais.....	221
5.3.2.3. Solidariedade	223
5.3.2.4. Capacidade tributária passiva.....	225
5.3.2.5. Domicílio tributário.....	227
5.3.3. Sujeição passiva indireta ou responsabilidade no CTN	228
5.3.3.1. Sucessão	231
5.3.3.2. Responsabilidade em sentido estrito	235
5.3.3.3. Substituição	238
5.3.3.4. Nossa opinião	241
5.4. Consequente: aspecto quantitativo	242
6. Crédito tributário e lançamento	246

6.1.	Crédito tributário: conceito	246
6.2.	Lançamento: conceito, natureza jurídica e eficácia	247
6.2.1.	Critérios para o lançamento	251
6.2.2.	Modalidades.....	255
6.2.3.	O lançamento por homologação e suas peculiaridades	258
7.	Suspensão da exigibilidade do crédito tributário.....	263
7.1.	Considerações gerais.....	263
7.2.	Hipóteses	266
7.2.1.	Moratória.....	266
7.2.2.	Depósito do montante integral.....	268
7.2.3.	Reclamações e recursos administrativos	271
7.2.4.	Concessão de medida liminar em mandado de segurança ou em outra ação, ou de tutela antecipada	271
7.2.5.	Parcelamento	274
8.	Extinção do crédito tributário	276
8.1.	Introdução.....	276
8.2.	Pagamento e suas modalidades: considerações gerais	278
8.2.1.	Imputação do pagamento	281
8.2.2.	Consignação em pagamento.....	282
8.2.3.	Pagamento indevido e restituição do indébito	283
8.2.4.	Conversão de depósito em renda.....	290
8.2.5.	Pagamento antecipado e homologação do lançamento	291
8.2.6.	Dação em pagamento.....	291
8.3.	Compensação	292
8.4.	Transação.....	293
8.5.	Remissão.....	297
8.6.	Decadência	298
8.7.	Prescrição	301
8.8.	Decisão administrativa irreformável	303
8.9.	Decisão judicial passada em julgado.....	304
9.	Exclusão do crédito tributário	306
9.1.	Considerações gerais.....	306
9.2.	Isenção: perfil constitucional	307
9.2.1.	Isenção e imunidade.....	308
9.2.2.	Espécies de isenções.....	310
9.2.3.	A disciplina do Código Tributário Nacional.....	310
9.2.4.	Isenção e alíquota zero	313
9.3.	Anistia.....	314

10. Infrações e sanções tributárias	317
10.1. A relação sancionatória	317
10.2. Modalidades de sanções tributárias	317
10.3. Sanções políticas	318
10.4. Princípios gerais do direito sancionatório	319
10.5. A disciplina do Código Tributário Nacional	322
10.6. Denúncia espontânea	324
11. Garantias e privilégios do crédito tributário	328
11.1. Conceitos	328
11.2. A disciplina do Código Tributário Nacional	329
12. Administração tributária	338
12.1. Conceito de Administração Tributária e sua disciplina constitucional ..	338
12.2. A disciplina do Código Tributário Nacional	340
12.2.1. Fiscalização	340
12.2.2. Dívida ativa	350
12.2.3. Certidões negativas	354

Parte IV – Impostos em Espécie

1. Impostos federais	361
1.1. A competência da União em matéria de impostos	361
1.2. Imposto de Importação	362
1.2.1. Perfil constitucional	362
1.2.2. Aspectos da hipótese de incidência	363
1.3. Imposto de Exportação	365
1.3.1. Perfil constitucional	365
1.3.2. Aspectos da hipótese de incidência	366
1.4. Imposto sobre a Renda – IR	369
1.4.1. Perfil constitucional	369
1.4.2. Aspectos da hipótese de incidência	371
1.4.3. Imposto sobre a Renda de Pessoa Física – IRPF	373
1.4.4. Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ	376
1.5. Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	378
1.5.1. Perfil constitucional	378
1.5.2. Aspectos da hipótese de incidência	382
1.6. Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	384
1.6.1. Perfil constitucional	384
1.6.2. Aspectos da hipótese de incidência	385

1.7.	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.....	388
1.7.1.	Perfil constitucional.....	388
1.7.2.	Aspectos da hipótese de incidência	389
1.8.	Imposto sobre Grandes Fortunas – IGF	393
1.8.1.	Perfil constitucional.....	393
2.	Impostos estaduais.....	394
2.1.	A competência dos Estados-membros e do Distrito Federal em matéria de impostos	394
2.2.	Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação de Quaisquer Bens e Direitos – ITCMD.....	394
2.2.1.	Perfil constitucional.....	394
2.2.2.	Aspectos da hipótese de incidência	396
2.3.	Imposto sobre Operações de Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.....	397
2.3.1.	Considerações gerais	397
2.3.2.	Perfil constitucional.....	398
2.3.3.	O papel da lei complementar.....	402
2.3.4.	Aspectos da hipótese de incidência	404
2.4.	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	408
2.4.1.	Perfil constitucional.....	408
2.4.2.	Aspectos da hipótese de incidência	409
3.	Impostos municipais	412
3.1.	A competência dos Municípios em matéria de impostos.....	412
3.2.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	412
3.2.1.	Perfil constitucional.....	412
3.2.2.	Aspectos da hipótese de incidência	417
3.3.	Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI	419
3.3.1.	Perfil constitucional.....	419
3.3.2.	Aspectos da hipótese de incidência	420
3.4.	Imposto sobre Prestações de Serviços de Quaisquer Natureza – ISSQN.....	422
3.4.1.	Perfil constitucional.....	422
3.4.2.	O papel da lei complementar.....	423
3.4.3.	Aspectos da hipótese de incidência	426

Parte V – Noções sobre as Relações Processuais em Matéria Tributária

1.	Considerações gerais.....	433
----	---------------------------	-----

1.1.	Introdução: existe um “processo tributário”?.....	433
1.2.	Algumas palavras sobre o controle de constitucionalidade em matéria tributária	435
2.	Aspectos do processo administrativo tributário	440
2.1.	Introdução.....	440
2.2.	A processualidade no plano constitucional.....	440
2.3.	Objeto do processo administrativo tributário.....	443
2.4.	Fases do processo administrativo tributário	443
2.5.	A consulta.....	445
2.6.	Perspectivas	446
3.	Aspectos das ações judiciais utilizadas pelos sujeitos das relações tributárias .	448
3.1.	Considerações iniciais.....	448
3.2.	Tutela de urgência em matéria tributária	448
3.3.	Ações do sujeito passivo contra o Fisco	449
3.3.1.	Mandado de segurança	449
3.3.2.	Ações anulatória e declaratória do indébito tributário	450
3.3.3.	Ação de repetição do indébito	451
3.3.4.	Ação de compensação	452
3.4.	Ações do Fisco contra o sujeito passivo	453
3.4.1.	Medida cautelar fiscal.....	453
3.4.2.	Execução fiscal.....	454

Parte VI – Outros Temas

1.	Necessidade de alterações no Imposto sobre a Renda de Pessoa Física	461
2.	Ação civil pública em matéria tributária	463
3.	Repercussão geral em matéria tributária: breves reflexões.....	470
	<i>Bibliografia</i>	479
	<i>Índice alfabético-remissivo</i>	485